

CADERNO DE QUESTÕES

CARGO

ASSISTENTE SOCIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 17/01/2016

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA:
01 A 10
 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA:
11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:
21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 10.

A cobertura das tragédias e a consequente indignação seletiva

01 Nos últimos dias, diversas tragédias assolaram o mundo. Aqueles que, como nós, não vivenciaram os
02 acontecimentos diretamente, tomaram conhecimento deles a partir do recorte e da construção midiática dos
03 fatos: dos atentados em Paris, passando pelo crime ambiental em Minas Gerais e a chacina em Fortaleza.

04 A história se repete: um desastre em algum lugar do mundo gera manifestações de solidariedade,
05 *hashtags* e avatares nas redes sociais. De imediato, um grupo reage lembrando outros casos de atentados,
06 mortos e desabrigados em lugares em guerra, famílias vivendo em situações insalubres.

07 Casos, às vezes, acontecidos em dias muito próximos. “Indignação seletiva!” — acusam de um lado.
08 “Minha indignação não é seletiva!” — respondem de outro. “Somos todos (e todas) Paris, Síria, Mariana,
09 Fortaleza”. Não, não somos. Somos diversos, com diversas experiências e bagagens afetivas e culturais, que
10 influenciam na forma como reagimos a cada tragédia. Parte significativa dessa bagagem, do conhecimento que
11 temos dos lugares, povos e tragédias vem de um lugar comum: os grandes meios de comunicação.

12 Não se trata, aqui, de pesar qual fato é mais doloroso ou digno de cobertura ou solidariedade. Todas as
13 vidas ceifadas, assim como toda destruição e violência, deve nos indignar e atravessar profundamente, inclusive
14 aquelas que ganham, quando muito, um mínimo espaço nas páginas policiais. Mas, para compreender como a
15 seleção dos acontecimentos, a abordagem e a comoção gerada por eles são feitas, precisamos desnudar o
16 *modus operandi* dos meios de comunicação. E perceber que não é difícil concluir que a violência já começa na
17 invisibilidade imposta aos que não são considerados relevantes.

18 A decisão do que é e do que não é notícia, além de que notícia é mais importante que outra, é baseada
19 em diversos critérios, sistematizados por diferentes autores, ensinados nas escolas de jornalismo e incorporados
20 ao cotidiano das redações. Apenas para usar como exemplo o elenco mais conciso deles, dá-se mais relevância
21 aos acontecimentos de acordo com: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.

22 Ou seja, o que acontece hoje é uma notícia mais importante do que o que se passou anteontem; um jornal
23 do Ceará colocará em destaque notícias da periferia de Fortaleza, não de Paris; porém, caso morra um camelô
24 na feira da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ou a apresentadora Angélica sofra um acidente, O Globo dará a
25 manchete para ela; uma má notícia ganha mais destaque que um acontecimento positivo.

26 Esses critérios obviamente não são naturais. Foram pensados a partir do que toca mais o público, sim,
27 mas também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais. A vida de um parisiense vale mais do
28 que a de um sírio? Pessoalmente podemos achar que não — e defendemos que não. Para a imprensa brasileira
29 tradicional, no entanto, a resposta é sim.

30 Ao nos apresentar o mundo que nem sempre conhecemos de perto — ou, mesmo quando o fazemos,
31 estamos já atravessados por todas as informações e imagens que nos chegaram de forma midiática —, a
32 mídia também colabora para que tenhamos mais familiaridade com certos povos e lugares. Cenários que já
33 vimos tanto no cinema e na televisão.

34 Na geografia dos afetos, o Rio de Janeiro é muito mais próximo de Paris do que de Fortaleza. Além disso,
35 o tipo de tragédia que assolou Fortaleza na última semana, com a chacina de doze pessoas — em especial
36 jovens negros —, é a tragédia cotidiana nas periferias, morros e favelas. O critério da novidade aí também se
37 esvazia.

38 E o que é uma tragédia passa a ser banal, sem merecer qualquer destaque. Até mesmo o lugar social dos
39 envolvidos é usado para justificar ou não suas mortes. Ter ou não passagem pela polícia tornou-se, assim, uma
40 das primeiras perguntas feitas e reportadas na apuração dos assassinatos. Afinal, a tão propagada narrativa
41 policiaisca tem fixado na sociedade que “bandido bom é bandido morto”. Foi assim em Cabula, em Salvador, e
42 tem sido assim agora, no Ceará.

43 Mas a própria lógica da noticiabilidade é subvertida quando segui-la prejudica interesses políticos e
44 econômicos dos veículos de comunicação. O caso do rompimento da barragem do Rio Doce, obra da Samarco,
45 controlada pela Vale, em Mariana/MG, é emblemático. Novidade, proximidade, proeminência, negatividade. São
46 dezenas de mortos e desabrigados, cidadãos e cidadãs sem água potável e um prejuízo humano e ambiental
47 cujas consequências afetarão por anos uma extensão territorial significativa de nosso país.

48 O crime, no entanto, que tem responsáveis muito claros, vem sendo reportado como desastre ambiental.
49 Tampouco se discute a fundo a questão das privatizações e da responsabilidade do poder público no
50 acompanhamento das ações das mineradoras.

51 A própria presidenta da República só foi à região, sobrevoando a área de helicóptero, uma semana depois
52 do rompimento da barragem. O fato de nossa autoridade política não ter dado a devida importância ao
53 acontecimento em Minas sem dúvida contribui para o não-destaque nas pautas dos telejornais e veículos
54 impressos. Mas chamar a atenção de autoridades e cobrar a responsabilização dos envolvidos também é papel
55 da imprensa, por meio da definição do que ganha e do que não ganha as manchetes.

56 [...]

57 Por isso, em vez de apontarmos o dedo uns aos outros, principalmente nas redes sociais, acusando-nos
58 mutuamente de indignação seletiva, cabe entender como é construída tal seleção no nosso próprio imaginário.

59 Qual o papel da mídia nesse processo, mesmo entre quem busca coberturas e veículos alternativos ao
60 mainstream.
61 Quais as consequências da grande concentração num setor que deveria ser regido pela pluralidade e pela
62 diversidade de ideias, como preza qualquer boa democracia. E a quem serve a fragmentação da nossa
63 indignação, que tem como pano de fundo, por mais clichê que seja a afirmação, um sistema mundial de
64 opressões que pune e invisibiliza “minorias” sociais do Ocidente ao Oriente, nas grandes cidades, periferias,
65 morros e favelas; no campo e nas reservas indígenas e ambientais; na esquina da nossa casa.

(MOURÃO, Mônica; MARTINS, Helena. Mariana, Sória, Fortaleza, Paris. A cobertura das tragédias e a consequente indignação seletiva, *Intervozes*, **Carta Capital**, 16 nov. 2015. Com alterações e supressões. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-cobertura-das-tragedias-e-a-consequente-indignacao-seletiva-4432.html>>. Acesso em: 04 dez. 2015.)

01. Em relação à posição defendida no texto acerca do conceito de “indignação seletiva”, é CORRETO afirmar:
- (A) O texto se posiciona contra a indignação seletiva, pois essa atitude exclui acontecimentos que envolvem minorias.
 - (B) O texto defende que a indignação seletiva não deve ocorrer, pois devemos ser solidários a todas as tragédias, já que somos todos humanos.
 - (C) O texto defende que cada pessoa deve escolher com qual tragédia vai se indignar, o que vai depender de sua proximidade afetiva ou geográfica com o local do acontecimento.
 - (D) O texto defende que a nossa reação às tragédias é influenciada pela nossa diversidade, advinda de diferentes experiências e bagagens afetivas e culturais também diferentes.
 - (E) O texto defende que tendemos a nos solidarizar com as tragédias que apresentam maiores proporções em número de vítimas e em consequências financeiras.
02. De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que a cobertura de tragédias é realizada
- (A) apenas de acordo com a relevância dos acontecimentos, atendendo aos critérios de novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
 - (B) considerando, além dos critérios de noticiabilidade, os interesses políticos e econômicos dos veículos de comunicação.
 - (C) considerando especificamente a relevância e a negatividade dos fatos para toda a população.
 - (D) a partir da pluralidade e pela diversidade de ideias, visto que os veículos de comunicação são imparciais e democráticos.
 - (E) de acordo com a visão pessoal e o estilo idiossincrático do jornalista que está cobrindo o tragédia.
03. De acordo com o texto, a expressão “geografia dos afetos” (linha 34), é utilizada para
- (A) evidenciar que, mesmo que alguns países ou cidades estejam longe geograficamente, existe um conjunto de sentimentos que os aproximam afetivamente.
 - (B) criticar o fato de as pessoas darem mais relevância às tragédias que acontecem fora do Brasil do que às que acontecem no país, pois, quanto maior a distância, maior é a afeição.
 - (C) mostrar que existe preconceito dos estados do Sudeste em relação aos estados do Nordeste do Brasil e, por isso, as tragédias no Nordeste não são valorizadas.
 - (D) relatar que uma tragédia que aconteça fora do Brasil deve ser considerada mais relevante do que uma que acontece no Brasil, considerando que, de certa forma, afeta todas as pessoas do mundo.
 - (E) evidenciar que Paris é mais importante que Minas Gerais e Fortaleza, já que Paris é uma cidade de primeiro mundo e, por isso, as tragédias que acontecem lá são mais relevantes.
04. As palavras “doloroso” (linha 12) e “invisibiliza” (linha 64) estão grafadas corretamente. Indique a opção em que pelo menos uma das palavras dos pares a seguir NÃO esteja grafada segundo as normas ortográficas da Língua Portuguesa:
- (A) fabulosa — pesquisa
 - (B) horroroso — batiza
 - (C) gostoso — poetisa
 - (D) dengoso — paraliza
 - (E) idosa — hipnotiza
05. No trecho “São dezenas de mortos e desabrigados, cidadãos e cidadãos sem água potável e um prejuízo humano e ambiental cujas consequências afetarão por anos uma extensão territorial significativa de nosso país” (linhas 45 a 47), o pronome “cujas” está sendo utilizado adequadamente, o que também acontece na opção:
- (A) Aquele homem, cujo carro é vermelho, não pagou o estacionamento.
 - (B) O time de futebol, cujo o último jogo perdeu, não competirá mais.

- (C) A menina cuja sua prova foi rasurada chorou bastante.
(D) Não concordo com esse homem cujo as ideias são preconceituosas.
(E) O muro, cujo era do prédio, foi pichado.
06. A oração “[...] para que tenhamos mais familiaridade com certos povos e lugares” (linha 32) exerce a função sintática, na frase em que ocorre, de:
- (A) Oração subordinada substantiva subjetiva
(B) Oração subordinada substantiva objetiva direta
(C) Oração subordinada substantiva objetiva indireta
(D) Oração subordinada substantiva completiva nominal
(E) Oração subordinada substantiva predicativa
07. A palavra “desnudar” (linha 15) pode ser substituída, de maneira a preservar o sentido da frase em que aparece, por
- (A) “moldar”.
(B) “revelar”.
(C) “combater”.
(D) “obscurecer”.
(E) “enredar”.
08. No texto, há expressões referenciais que sumarizam porções de texto em vez de retomar um referente específico. A única opção que NÃO apresenta uma expressão desse tipo é:
- (A) “assim” (linha 41)
(B) “Esses critérios” (linha 26)
(C) “A história” (linha 04)
(D) “Esse processo” (linha 59)
(E) “O crime” (linha 48)
09. O trecho “Esses critérios obviamente não são naturais. Foram pensados a partir do que toca mais o público, sim, mas também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais” (linhas 26 e 27) pode ser reescrito, de maneira a manter o sentido, como:
- (A) “Esses critérios obviamente não são naturais, pois, embora tenham sido pensados a partir do que toca mais o público, estão também fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(B) “Esses critérios obviamente não são naturais, mas sim foram pensados a partir do que toca mais o público, além de também estarem fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(C) “Esses critérios obviamente não são naturais e foram pensados a partir do que toca mais o público, assim como também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(D) “Esses critérios obviamente não são naturais, entretanto foram pensados a partir do que toca mais o público, pois também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(E) “Ainda que esses critérios obviamente não sejam naturais, foram pensados a partir do que toca mais o público, já que também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
10. Considerando que, na linha 07, a expressão “às vezes” está recebendo o acento indicativo de crase de maneira adequada, indique a opção em que também deveria haver o acento indicativo de crase na mesma expressão:
- (A) O proprietário do bar fez as vezes de garçom.
(B) Ele conta nos dedos as vezes que ganhou algo.
(C) O músico toca as vezes naquele bar.
(D) Ele perdeu todas as vezes que jogou.
(E) A menina sonha com as vezes em que foi à praia.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. O contador de instruções ou *program counter* (PC) contém o endereço da próxima instrução que o processador deve buscar e executar. Toda vez que o processador busca uma nova instrução, o contador de instruções é atualizado com o endereço de memória da instrução seguinte a ser executada. O contador de instruções é um tipo de
- (A) clock. (D) registrador.
 (B) unidade central de processamento. (E) barramento.
 (C) unidade de controle.
12. O recurso do sistema operacional que consiste em simular a memória de acesso aleatório (RAM) utilizando uma parte do disco rígido, de modo que a Unidade Central de Processamento (CPU) não pare de processar e os programas possam continuar em execução é o(a)
- (A) memória virtual. (D) memória ROM (*Read Only Memory*).
 (B) disco flexível. (E) memória flash.
 (C) memória cache.
13. O sistema operacional é um software formado por um conjunto de rotinas que: oferece serviços aos usuários e às suas aplicações; faz o gerenciamento de memória e faz o controle do uso da Unidade Central de Processamento pelos vários processos do sistema. Esse conjunto de rotinas é denominado
- (A) aplicativo. (B) kernel. (C) utilitário. (D) tradutor. (E) editor de texto.
14. O Windows 8.1 possui um antivírus gratuito denominado
- (A) Painel de controle. (D) Aero Antivírus.
 (B) Gerenciador de tarefas. (E) Desfragmentador de discos.
 (C) Windows Defender.
15. Com relação ao sistema operacional Linux, marque a opção que corresponde a um exemplo de execução de comando em background.
- (A) ./prog (B) ./prog # (C) ./prog ? (D) ./prog ~ (E) ./prog &
16. Com relação à segurança da informação, o evento decorrente da exploração de uma vulnerabilidade por uma ameaça é um
- (A) impacto. (B) risco. (C) antispayware. (D) repúdio. (E) ataque.
17. Com relação a *malware*, analise as afirmações a seguir:
- I. Os vírus de computador se propagam automaticamente;
 II. os *worms* se propagam automaticamente;
 III. os *spywares* são obtidos por e-mail e se propagam automaticamente.
- Está CORRETO o que se afirma em
- (A) I, apenas. (D) I, II e III.
 (B) I e II, apenas. (E) III, apenas.
 (C) II e III, apenas.
18. Marque a opção que corresponde somente aos tipos de ataques aos sistemas computacionais:
- (A) Negação de Serviço e Força Bruta. (D) Bot e Firewall.
 (B) Sniffer e Engenharia Social. (E) Engenharia Social e Bot.
 (C) Ping da Morte e Retrovírus.
19. O NETFLIX (<https://www.netflix.com/br/>) é um site que vem se popularizando e oferta serviços de
- (A) antivírus. (D) feeds.
 (B) antispayware. (E) segurança de redes de computadores.
 (C) streaming de mídia.

20. Com relação a *backups*, analise as afirmações a seguir:

- I. O *backup* normal copia todos os arquivos selecionados;
- II. O *backup* diário copia os arquivos modificados ou criados em uma data específica;
- III. O *backup* diferencial copia todos os arquivos selecionados e depois não os altera.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. A quantidade de Códigos de Ética Profissional que regulamentaram a profissão de assistentes sociais desde a Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, até os dias atuais é:

- (A) Dois
- (B) Três
- (C) Quatro
- (D) Cinco
- (E) Seis

22. A orientação filosófica e metodológica presente no maior número de Códigos de Ética Profissional do/a Assistente Social é:

- (A) Marxista e dialética.
- (B) Funcionalista e positivista.
- (C) Neotomista e positivista.
- (D) Neotomista e dialética.
- (E) Marxista e positivista.

23. A orientação filosófica e metodológica presente no maior número de Códigos de Ética Profissional do/a Assistente Social é atestada na afirmação:

- (A) “É dever do Assistente Social cumprir [...] os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus”.
- (B) É princípio norteador da prática profissional “o respeito à tomada de decisão dos usuários, ao saber popular e à autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora”.
- (C) “Os princípios e diretrizes norteadores da prática profissional estão expressos neste Código [...] serão destacados aqueles que dão indicações de uma nova ética, tendo como referência o encaminhamento da prática profissional articulada às lutas da classe trabalhadora”.
- (D) “A quebra do sigilo só é admissível, quando se tratar de situação cuja gravidade possa trazer prejuízos aos interesses da classe trabalhadora”.
- (E) “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

24. São deveres do Assistente Social, conforme o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993, e alterado pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11:

- I. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- II. Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício;
- III. Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão;
- IV. Participação em manifestações de defesa dos direitos da categoria e dos interesses da classe trabalhadora;
- V. Abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

Está CORRETO apenas o que se afirma na opção:

- (A) I, II e IV.
- (B) I.
- (C) I, III e V.
- (D) I e IV.
- (E) III, IV e V.

25. Nas relações com as instituições empregadoras e outras, conforme o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social aprovado pela Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 de março de 1993, e alterado pelas Resoluções CFESS n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11, é VEDADO ao Assistente Social:
- (A) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
 - (B) Usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos.
 - (C) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
 - (D) Intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional, salvo a pedido desse/a profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao/à profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.
 - (E) Ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional.
26. O movimento de reconceituação do Serviço Social foi:
- (A) Marcado pela uniformidade e homogeneidade em face de suas gêneses sociais determinadas pelo contexto sociopolítico e econômico latino-americano e em razão da vinculação intelectual e política por parte de seus protagonistas à matriz teórica marxista.
 - (B) Uma denúncia - um movimento de “autocrítica e de questionamentos societários que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos”.
 - (C) Marcado pela unidade manifestada não só nas críticas e propostas, mas também “no conteúdo atribuído ao ‘novo’ no Serviço Social latino-americano”.
 - (D) Tributário da complexificação histórica do Estado e da sociedade no Brasil, verificada com a expansão monopolista, a partir das novas condições econômico-políticas criadas com a ditadura militar e sua crise.
 - (E) Inspirado na mais genuína tradição marxista que contribuiu e vem contribuindo para imprimir uma feição essencialmente crítica ao Serviço Social, “tanto na conformação da explicação histórica da profissão quanto na interlocução com a herança intelectual incorporada em sua trajetória”.
27. São preocupações fundamentais do movimento de reconceituação na América Latina:
- I. A necessidade de “compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países ‘cênicos’, para a contextualização histórica da ação profissional”;
 - II. A “criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos”;
 - III. A “explícita politização da ação profissional, solidária com a ‘libertação dos oprimidos’ e comprometida com a ‘transformação social’, conforme a linguagem usual da época.”;
 - IV. Atribuir um “‘estatuto científico’ ao Serviço Social, lançando-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias”;
 - V. Ter como orientação as fontes clássicas e contemporâneas da tradição marxista, “abordadas com uma explícita preocupação teórico-crítica”.

Está INCORRETO apenas o que se afirma na opção:

- (A) I, II e III.
 - (B) II.
 - (C) V.
 - (D) III, IV e V.
 - (E) II e V.
28. O marxismo presente como matriz teórica no movimento de reconceituação, conforme Marilda Iamamoto em “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional” (3. ed. São Paulo: Cortez, 2000) foi:
- (A) Uma “perspectiva teórico-metodológica hegemônica no quadro teórico-metodológico do Serviço Social”.
 - (B) Constituído “pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com” as contribuições, dentre outros de Antonio Gramsci, George Lukács e Nicos Poulantzas.
 - (C) Marcado pelo ecletismo em que manuais de divulgação do marxismo soviético juntaram-se às contribuições de Vladimir Lênin, Leon Trotsky, Mao Tse Tung, Che Guevara e ao estruturalismo marxista de Louis Althusser.

- (D) Constituído unicamente pela produção de Karl Marx e Vladimir Lênin.
(E) Influenciado pelas elaborações teóricas de George Lukács e Nicos Poulantzas.
29. Conforme Marilda Iamamoto em “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional” (3. ed. São Paulo: Cortez, 2000), NÃO foi legado do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina:
- (A) A modernização da profissão com a atualização de sua herança conservadora expressa na “mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional, no sentido de obter um reforço de sua legitimidade junto às instâncias demandantes da profissão, em especial o Estado e as grandes empresas, adequando o Serviço Social à ideologia dos governantes.
(B) “A ilusão de que a consciência teórica resultaria direta e unilateralmente da luta de classes, movida pela vontade política”.
(C) “O fetiche dos metodologismos” a que seu debate “se viu submetido e as reduções do método a pautas e procedimentos de intervenção”.
(D) O empirismo, “as apreciações moralizadoras sobre o ordenamento social burguês, o a-historicismo, traduzido nas tênues bases históricas das análises profissionais”.
(E) A coexistência, nas palavras de Lukács de “uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita”.
30. A perspectiva de renovação do Serviço Social no Brasil denominada por José Paulo Neto em “Ditadura e Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” (8. ed. São Paulo: Cortez, 2005), de “intenção de ruptura” consiste:
- (A) Numa série de debates promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS realizados em Araxá (MG), Teresópolis (RJ) e Sumaré (RJ).
(B) No movimento liderado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, cujas ideias foram expressas nos documentos dos Seminários de Sumaré (RJ) e do Alto da Boa Vista (RJ).
(C) Na introdução da fenomenologia no Serviço Social.
(D) No retorno ao neotomismo.
(E) Na incorporação da tradição marxista ao Serviço Social.
31. Na perspectiva de renovação do Serviço Social denominada “intenção de ruptura”, os instrumentos são:
- (A) os burocráticos e administrativos de organização formal do aparato de serviços institucionais, as técnicas de abordagem individual (de cunho psicologizante) e de grupo (terapêuticas).
(B) as visitas domiciliares e a aplicação de inquéritos sociais, através de entrevistas com membros da família e pessoas afins.
(C) entrevistas com o cliente e com pessoas do seu meio, visitas domiciliares, contatos com membros da família e com técnicos, observações realizadas durante as entrevistas e visitas, reuniões familiares.
(D) aqueles “que potencializam práticas de cunho coletivo e que possibilitam viabilizar a participação da população”, dentre os quais se destacam “as atividades grupais nas quais se promovem discussões e debates; ou instrumentos de mobilização, como assembleias, realização de abaixo-assinados, organizações de comissões e grupos de trabalho [...] que objetivam o incremento da consciência de classe e o incentivo a ações de reivindicação e de organização, para garantir direitos sociais”.
(E) Documentação, observação, diálogo e entrevista, reunião, palestra, carta circular, recursos audiovisuais e pesquisa-ação, que são os mais comuns.
32. Para a perspectiva de renovação do Serviço Social denominada “intenção de ruptura”,
- (A) as instituições são aparelhos funcionais do Estado de Bem-Estar, por conseguinte, significam instrumentos adequados de solução dos problemas sociais.
(B) as instituições são aparelhos de Estado que reproduzem as relações de dominação a serviço da burguesia.
(C) as instituições constituem um bloco monolítico cuja transformação requer a superação da sociedade de classe.
(D) as instituições são espaços contraditórios passíveis de transformação através de lutas que alteram as relações em seu interior.
(E) as instituições incorporam somente os interesses das classes subalternas, pois essas, através da luta conjunta com os profissionais de Serviço Social e outros grupos institucionais, invertem, numa sociedade democrática, a correlação de forças no seu interior.

33. No Serviço Social atual, a ideia aceita é de que as organizações institucionais em que o Serviço Social atua:
- (A) “são palco de lutas profissionais para conquistas de alianças democráticas para as classes que vivem do próprio trabalho”, desde que sejam transformadas “no sentido de propiciar melhor atendimento aos usuários identificados com as classes populares”.
 - (B) contribuem para a reprodução da opressão de um sistema de classes, uma vez que viabilizam a manutenção das desigualdades por meio da execução de políticas sociais que apenas administram os conflitos sociais sem resolvê-los de fato.
 - (C) colaboram para a consolidação do regime burguês, pois são aparelhos ideológicos ou aparelhos repressivos do Estado.
 - (D) refletem as relações de forças entre as classes sociais, cabendo ao Serviço Social a definição de métodos e técnicas que possibilitem o atendimento dos interesses dos trabalhadores, mesmo na vigência dessa contradição.
 - (E) são aparelhos ideológicos do Estado, comprometidos com o desempenho de papéis e funções ligados aos interesses da classe dominante assegurados pela superestrutura da sociedade.
34. A Vigilância Socioassistencial, um dos objetivos da assistência social (inciso II do art. 2º da Lei nº 8.742/1993 na redação dada pela Lei nº 12.435/2011):
- (A) É um “mecanismo de planejamento, produção, organização e sistematização de informações sobre a realidade socioterritorial, que busca identificar situações de vulnerabilidades e risco de famílias e indivíduos e, conseqüentemente, a intervenção pautada no conhecimento das demandas, necessidades e potencialidades”.
 - (B) É o acompanhamento e supervisão das ações assistenciais de estados e municípios pela União.
 - (C) São ações de promoção e proteção social da população capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos e intervir nos problemas decorrentes da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da assistência social.
 - (D) É a garantia da qualidade dos serviços assistenciais prestados por estados e municípios pelo Sistema Único da Assistência Social.
 - (E) É a fiscalização e inspeção dos serviços a cargo das Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
35. É responsabilidade específica dos Municípios e do Distrito Federal acerca da área de Vigilância Socioassistencial, segundo o art. 94 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS:
- (A) Organizar, normatizar e gerir nacionalmente, no âmbito da Política de Assistência Social, o sistema de notificações para eventos de violência e violação de direitos, estabelecendo instrumentos e fluxos necessários à sua implementação e ao seu funcionamento.
 - (B) Estabelecer, com base nas normativas existentes e no diálogo com as áreas técnicas, padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores.
 - (C) Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades e o registro do acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias.
 - (D) Contribuir com as áreas de gestão e de proteção social básica e especial na elaboração de diagnósticos, planos e outros.
 - (E) Estabelecer articulações intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e as vulnerabilidades que afetam as famílias e os indivíduos em um dado território, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas.
36. A gestão das ações na área de assistência social é organizada, conforme o art. 6º A da Lei nº 8.742/1993 na redação dada pela Lei nº 12.435/2011, sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É responsabilidade dos municípios, segundo o art. 17 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS:
- (A) Responder pela concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada - BPC definido no art. 203 da Constituição Federal.
 - (B) Definir as condições e o modo de acesso aos direitos socioassistenciais, visando à sua universalização.
 - (C) Decidir sobre a concessão e renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social no âmbito da assistência social.

- (D) Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral.
- (E) Garantir condições financeiras, materiais e estruturais para o funcionamento efetivo da Comissão Intergestores Bipartite.

37. O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social,

- I. mede a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família e do CADÚNICO;
- II. garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentam bom desempenho na gestão da Política de Assistência Social;
- III. garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentam bom desempenho na gestão do Programa Bolsa Família e do CADÚNICO;
- IV. afere a qualidade e integridade das informações sobre o acompanhamento das condicionalidades das áreas de educação e de saúde dos beneficiários do Programa Bolsa Família;
- V. afere a criação de ações de assistência social pelos municípios no uso autonomia que lhe confere o art. 18 da Constituição Federal.

Está CORRETO o que se afirma apenas na opção:

- (A) I, II e III. (B) II e IV. (C) II, IV, V. (D) I, III, IV. (E)) II, III, IV.

38. O Ministério do Desenvolvimento Social realizou em 2007, através do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFMG, a pesquisa “Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família em que os sujeitos, escolhidos de forma não aleatória, constituíam três grupos: o grupo 1, formado pelas famílias beneficiárias (“casos”); o grupo 2, com as inscritas no Cadastro Único, mas ainda beneficiárias do programa (“controle 1”) e o grupo 3 pelas que não eram nem beneficiárias do Programa Bolsa Família nem eram cadastradas no Cadastro Único (“controle 2”). Essa metodologia de avaliação é do tipo:

- (A) Explicativa. (D) Experimental.
(B) Exploratória. (E) Quase experimental.
(C) Descritiva.

39. O art. 10 da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS exige, entre outros documentos, que os Municípios apresentem na adesão ao Sistema Único de Assistência Social um plano de assistência social. Um plano contém:

- (A) O detalhamento de diretrizes, metas e medidas instrumentais de um setor, permitindo projeções mais detalhadas e informações e estabelecendo o quadro de referência para as atividades a serem desenvolvidas.
- (B) A formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais, bem como a instrumentalização jurídica administrativa do planejamento.
- (C) A indicação de “como” e “com quê” se fará a ação, fixando-se no curto prazo, no tratamento dos meios, na técnica e nos instrumentos, pois se volta para a fase de execução.
- (D) O delineamento de decisões de caráter geral, das grandes linhas políticas, das estratégias, das diretrizes e das responsabilidades dos envolvidos, sistematizando e compatibilizando objetivos e metas e fornecendo referenciais para ações setoriais e/ou regionais.
- (E) A sistematização e estabelecimento do traçado prévio da operação da unidade elementar do processo de racionalização de decisões e, como tal, indica os meios necessários à sua realização e à adequação desses meios aos resultados perseguidos, detalhando as atividades a serem desenvolvidas, estabelecendo prazos, especificando recursos e estruturando receitas e custos.

40. Na Constituição Federal, na redação pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, aos menores de 18 anos, é proibido:

- I. O trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- II. Qualquer trabalho;
- III. Qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;
- IV. Qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;
- V. Qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Está CORRETO o que se afirma apenas na opção:

- (A) I e III. (B) I, III, IV. (C) I, IV, V. (D) I, II, V. (E) I e V.

41. A internação em estabelecimento educacional, prevista no inciso VI do art. 112 da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, é uma medida aplicável ao adolescente:
- (A) Sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – forem ameaçados ou violados.
 - (B) Quando for constatado omissão ou abuso dos pais ou responsável.
 - (C) Quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
 - (D) Em razão de sua conduta.
 - (E) Em razão de necessidades pedagógicas omissão ou abuso dos pais ou responsável.
42. No período de 7 a 10 de dezembro de 2015, foi realizada, em Brasília, a X Conferência Nacional de Assistência Social. A Conferência Nacional, conforme o inciso VI da Lei nº 8.742/1990, na redação dada pela Lei nº 9.720, de 26.4.1991, tem a atribuição de:
- (A) aprovar a Política Nacional de Assistência Social.
 - (B) avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
 - (C) apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Federal, responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.
 - (D) zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social.
 - (E) normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
43. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que integra a proteção social especial conforme a Lei nº 8.742/1990, na redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011, consiste:
- (A) no apoio, na orientação e no acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.
 - (B) nas transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.
 - (C) na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social.
 - (D) na prevenção do rompimento dos vínculos familiares e da violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.
 - (E) na instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.
44. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é:
- (A) Unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
 - (B) Unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.
 - (C) Unidade pública municipal, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
 - (D) Unidade pública estatal em que são prestados serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.
 - (E) Unidade pública municipal em que são atendidos famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.
45. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, na convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no período de 25 a 27 de abril de 2016 com o tema “Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente” NÃO estabeleceu na Resolução nº 174, de 12 de agosto de 2015, como uma de suas etapas, a realização de:

I. Conferências livres;

- II. Conferências municipais;
- III. Conferências estaduais e do Distrito Federal;
- IV. Conferências regionais;
- V. Fórum Popular Brasileiro da Criança e do Adolescente - 25 anos do ECA.

Está CORRETO apenas o que se afirma na opção:

- (A) I, II, III. (B) I, III, V. (C) IV. (D) V. (E) I e V.

46. Os recursos provenientes da União, Estados e Municípios para o financiamento da Assistência Social, conforme a Constituição Federal, devem ser previstos no(s) orçamento(s):

- (A) fiscal.
- (B) da seguridade social.
- (C) de investimento das entidades e órgãos vinculados à assistência social, da administração direta ou indireta.
- (D) fiscal e da seguridade social.
- (E) fiscal, da seguridade social e de investimento das entidades e órgãos vinculados à Assistência Social, da administração direta ou indireta.

47. A implantação, a manutenção, o funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades é de responsabilidade:

- (A) da União.
- (B) dos Estados e Distrito Federal.
- (C) dos Municípios e Distrito Federal.
- (D) do ente federativo a que se vincular administrativamente.
- (E) dos municípios através de transferência de recursos da União.

48. É diretriz do Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011:

- I. Garantia dos direitos sociais;
- II. Promoção do acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social;
- III. Combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional;
- IV. Articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre, de forma a considerar a multidimensionalidade da situação de pobreza;
- V. Atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade.

Está CORRETO apenas o que se afirma na opção:

- (A) I, II, III. (B) II, III, IV. (C) I, IV, V. (D) I, III, IV. (E) II, III, V.

49. O Plano Brasil sem Miséria, conforme o art. 2º do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que o instituiu “destina-se à população em situação de extrema pobreza”. Desse modo, em relação à cobertura, é uma política:

- (A) universalista. (B) meritocrática. (C) equitativa. (D) focalizada. (E) distributiva.

50. A linha de extrema pobreza definida no Plano Brasil Sem Miséria, atualizada em 2014, é:

- (A) R\$ 77,00 (setenta e sete reais) per capita mensal.
- (B) Um quarto do salário mínimo per capita mensal.
- (C) US\$ 1,25 (Um vírgula vinte e cinco dólares) PPC (Paridade do Poder de Compra) diário por pessoa, adotada pelo Banco Mundial.
- (D) R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) per capita mensal.
- (E) R\$ 70,00 (setenta reais) per capita mensal.